



1 orçadas e gastas, reportando-se às despesas fixas (energia, água, folha de pagamento de funcionários). As
2 despesas foram apresentadas ao conselho mês a mês, já traçando um comparativo das despesas fixas,
3 concluindo que houveram poucas oscilações. Explicou pontualmente as despesas com passagens aéreas,
4 justificando cada aquisição de passagem. Posteriormente citou as despesas com combustível orçadas e
5 gastas, bem como os auxílios prestados pela CAATO (maternidade e custeio com hospedagem dos
6 advogados). Citou os gastos com patrocínios (Jogos Estaduais, Samba OAB e combustível a profissionais do
7 interior). Informou que estavam orçados R\$ 1594,00 (um mil quinhentos e noventa e quatro reais) e foram
8 gastos R\$ 1730,00 (um mil setecentos e trinta reais). Esgotada a apresentação, a conselheira relatora Priscila
9 Costa indagou quais foram as maiores despesas da Caixa em 2017. O tesoureiro Zaratín respondeu à
10 indagação esclarecendo que os maiores gastos foram direcionados ao esporte, lazer e patrocínios. O
11 Presidente Marcelo Cordeiro informou que a maior despesa da Caixa é com folha de pagamento que gira em
12 todo de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Informou que a Caixa possuía 4 (quatro) funcionários em 2017 e
13 agora, em cooperação à Ordem, subsidia o pagamento de alguns funcionários que trabalham para a
14 Seccional, mas que são pagos pela Caixa, desde outubro de 2017. A conselheira Priscila Costa indagou
15 acerca da diferença entre o valor orçado e o efetivamente gasto nos meses de julho e agosto de 2017. O
16 tesoureiro Zaratín informou que nos aludidos meses houve aumento, uma vez que os patrocínios recebidos
17 pela Caixa entraram na conta bancária da instituição e saíram como pagamento de despesas, por tais razões
18 essa movimentação de valores nos respectivos meses. A conselheira Meire Aparecida indagou acerca do
19 custo do evento Feijoada no Clube da OAB . O tesoureiro esclareceu que a feijoada custou em torno de R\$
20 40.000,00 (quarenta mil reais). A conselheira Priscila Costa indagou quais são os critérios relativo aos gastos
21 com combustível e como é feito o controle. O tesoureiro Zaratín explicou que o funcionário da Caixa Sr.
22 Roberto e presidente Marcelo Cordeiro possuem aval para realizarem os abastecimentos e, ao final do mês
23 apresentam as notas relativas aos abastecimentos realizados. O presidente Marcelo Cordeiro informou que
24 somente o Sr. Roberto faz os abastecimentos e assina as requisições, abastecendo veículos para suprir as
25 despesas internas em Palmas e/ou os carros dos diretores em caso de viagens a serviço da Caixa. Informou
26 que os abastecimentos são realizados de acordo com a necessidade, não havendo cota para abastecimento.
27 Ainda sobre a temática combustível o tesoureiro André Zaratín informou que a Caixa patrocina combustível
28 aos jogadores que participam das copas dos jogos dos advogados. Ato contínuo a conselheira Priscila Costa
29 indagou como é realizada a aquisição das passagens aéreas e se há cotação. André Zaratín citou o nome de
30 03 (três) empresas que a Caixa adquire passagens aéreas, a saber: Conexão Turismo, MC Turismo e Vanilda
31 Turismo. O presidente da Caixa Marcelo explicou que as passagens são adquiridas com 3 (três) meses de



1 antecedência e, por vezes, quando há alteração nas datas dos eventos nacionais, há despesas adicionais.
2 Informou que as funcionárias da Caixa fazem as cotações e adquirem a passagem com o valor mais
3 acessível. O conselheiro Elfas indagou qual o dirigente da Caixa participa dos encontros nacionais, ocasião
4 que o presidente Marcelo informou que somente ele participa. A conselheira Priscila Costa indagou como é
5 feito o pagamento de diárias de hotel aos advogados. O tesoureiro Zaratín esclareceu que não há valor orçado
6 para referida despesa, todavia, o presidente da Caixa Marcelo Cordeiro autorizou o pagamento de uma
7 despesa em torno de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para custeio de diárias de hotel de uma advogada e sua
8 acompanhante, que enfrenta problemas de saúde/cancer. A conselheira Priscila Costa questionou qual o
9 critério utilizado pela Caixa para o deferimento dessa medida, visto que não há previsão para esse gasto.
10 Citou o site da Caixa do Estado do Paraná salientando a dinâmica utilizada pela Caixa paranaense para
11 realização de gastos, tendo explicando que são disponibilizados via site formulários para serem preenchidos,
12 com a juntada de documentos. Após análise e deferimento realiza-se a despesa. Sugeriu à CAATO a adoção
13 desse critério de modo a manter a isonomia entre os profissionais, visto que não é possível a Caixa arcar
14 com o tratamento de saúde de todos os profissionais. O presidente Marcelo Cordeiro salientou que o método
15 de concessão do auxílio maternidade instituído pelo Conselho deve ser revisto, para conceder o auxílio
16 apenas às advogadas que de fato necessitam. No tocante ao auxílio concedido à advogada que enfrenta
17 tratamento de saúde (câncer), pontuou que o pagamento de despesas foi deferido após análise de sua
18 situação financeira, e que houve o custeio da hospedagem tanto da advogada quanto de sua acompanhante,
19 esclarecendo que no caso em testilha, o deferimento se deu sem anuência dos demais membros da diretoria
20 da CAATO. A secretária adjunta Graziela Reis explicou que a concessão do auxílio maternidade foi uma
21 política encabeçada pela comissão nacional da mulher advogada. Dando continuidade aos questionamentos,
22 a conselheira Priscila Costa indagou acerca dos critérios técnicos e financeiros para aquisição dos
23 computadores. O tesoureiro Zaratín informou que optaram pela aquisição de computadores da empresa Dell,
24 pois dentre as empresas cotadas esta ofertou o melhor preço, contudo ressaltou que em caso de aquisição
25 de poucos computadores, citando a aquisição de 02 (dois) computadores, estes foram adquiridos em lojas
26 locais. A conselheira Priscila Costa também indagou acerca dos critérios para realização de investimentos
27 em Bancos. O tesoureiro André Zaratín explicou que os critérios utilizados são: baixo risco e ausência de
28 qualquer empecilho para a imediata retirada dos valores aplicados. Também indagou qual o parâmetro na
29 reserva de hotéis em caso de viagens institucionais. O tesoureiro Zaratín ressaltou que as diárias do
30 presidente da Caixa, em caso de encontros nacionais, são arcadas pela confederação nacional das Caixas
31 e, caso outros diretores participem, os mesmos ficam hospedados no mesmo hotel que o presidente se



1 encontrar, ante a dificuldades com deslocamentos. Dando continuidade aos questionamentos, a conselheira
2 Priscila Costa indagou por que se ultrapassou a rubrica orçamentária do combustível, tendo sido esclarecido
3 pelo tesoureiro que em determinados se ultrapassou os valores orçados em decorrência dos Jogos de
4 Futebol. O presidente Walter Ohofugi esclareceu que a gestão é atípica, pois é a que mais tem arrecadado,
5 de modo que se viabilizou a realização de mais eventos, havendo reflexos nos gastos. Diante das
6 considerações, o conselheiro e membro da comissão de orçamentos e contas Elfás Cavalcante ressaltou a
7 relevância da apresentação do relatório mensal de atividades elencando todos os gastos. A conselheira Meire
8 Aparecida informou que os questionamentos ora realizados são pertinentes e importantes visto que o
9 conselho nesse momento não está discutindo a viabilidade ou não da atividade desenvolvida e, tão somente,
10 os gastos direcionados a cada atividade realizada, cabendo a explicação da motivação de forma
11 individualizada. O secretário Célio Henrique explicou que antes de assumir um cargo na Ordem se
12 posicionava contrário às despesas com futebol, mas que, após fazer parte da gestão, entendeu a motivação
13 do investimento informando, visto que há uma grande abrangência de profissionais que participam de todas
14 as atividades, fomentando saúde, lazer e interação. O presidente Walter afirmou que o pleno funcionamento
15 da OAB gera muitos gastos, e citou o exemplo da procuradoria das prerrogativas, que antigamente não
16 possuía funcionário e hoje conta com 3 (três) funcionárias. Afirmou que receberam apenas 50 (cinquenta)
17 processos, e hoje a procuradoria de prerrogativas possui mais de 400 (quatrocentos) processos. Os
18 conselheiros Priscila Costa e Elfás Cavalcante indagaram quais são os critérios para a concessão de
19 patrocínios. O tesoureiro Zaratín explicou que o pedido de patrocínio é realizado formalmente pelas
20 Subseções, que geralmente pedem patrocínio para realizarem eventos locais. Explicou que a Caixa e a
21 Ordem fizeram uma prévia combinação para concessão dos patrocínios, cada uma arcando com a metade.
22 Esgotados todos os questionamentos, a relatora Priscila Costa emitiu parecer, salientando que está satisfeita
23 com os esclarecimentos e, em seguida, passou a palavra ao conselheiro Elfás, que teceu considerações
24 fazendo a seguinte recomendação: I – inserir no portal da transparência os balancetes e contas bem como o
25 relatório de atividades a cada 02 (dois) meses para facilitar os trabalhos da comissão de orçamento e contas
26 a fazer uma análise de todos as atividades. A conselheira Priscila Costa sugeriu que os diretores da Caixa
27 acessem o portal da Caixa do Estado do Paraná. O presidente da Caixa Marcelo Cordeiro informou que o
28 site da CAATO é arcaico e não funciona, já informando que terá que refazer o site, necessitando da
29 contratação de um profissional para criar uma nova plataforma. Por fim a relatora Priscila Costa recomendou
30 a adoção de critérios objetivos para o deferimento de auxílio para custeio com tratamento de saúde aos
31 profissionais, citando o caso da advogada que recebeu o auxílio no tratamento de câncer, objetivando obter



1 o tratamento isonômico entre os profissionais. O tesoureiro André Zaratín salientou a necessidade do
2 Conselho aprovar a implantação do benefício. A conselheira Meire Aparecida informou que na sala da Justiça
3 Federal de Araguaína não possui impressora. O tesoureiro da Ordem Luiz Renato respondeu ao comentário
4 da conselheira, esclarecendo que foi priorizada a instalação dos equipamentos no prédio da Justiça do
5 Trabalho, que fica em frente ao prédio da Justiça Federal, atendendo uma escolha dos advogados locais, já
6 que a Justiça Federal informou aos dirigentes que disponibilizaria o espaço, mas não se responsabilizaria
7 pelos equipamentos instalados na sala. O secretário Célio Henrique comungou do posicionamento do
8 tesoureiro da Caixa Zaratín, ressaltando que a concessão dos benefícios deve ser aprovada pelo Conselho,
9 todavia, no caso em exame, não conseguiu se posicionar contrário a concessão do benefício à advogada que
10 enfrenta um tratamento de câncer, pois a essência da Caixa é assistencial. Os conselheiros Elfás e Priscila
11 enfatizaram que não são contrários a concessão do auxílio, todavia explicitaram o modo como o auxílio foi
12 concedido, sem documentação e laudos médicos comprovando a necessidade da advogada, foi equivocado.
13 A conselheira Elaine Ayres indagou acerca dos valores orçados para aquisição de passagens aéreas em
14 torno de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), todavia foram gastos R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). O
15 tesoureiro Zaratín esclareceu que os valores efetivamente gastos foram maiores que os orçados para
16 aquisição de passagens aéreas, em decorrência da realização da Conferência Estadual. A conselheira Elaine
17 Ayres concluiu sua ponderação, informando que a realização da Conferência é prevista no Estatuto,
18 entendendo que referidos gastos deveriam estarem orçados. O tesoureiro Zaratín informou que não possuía
19 experiência na confecção do orçamento, tampouco haviam parâmetros, já que nos orçamentos anteriores
20 não se previa tal despesa, e foram adequando de acordo com as necessidades. A justificativa foi devidamente
21 acolhida e corroborada pelo secretário geral Célio Henrique e presidentes da Ordem e Caixa, Walter Ohofugi
22 e Marcelo Cordeiro. A relatora Priscila Costa, ao final, pugnou pela aprovação dos balancetes fazendo as
23 respectivas recomendações: I - apresentação do relatório de atividades a cada 02 (dois) meses no portal da
24 transparência para que os conselheiros possam verificar a eficiência dos gastos; II – emissão de relatório de
25 atividades anual de modo a possibilitar uma análise global. Teceu considerações, parabenizando os diretores
26 pelo trabalho. Postas em votação, as contas da CAATO referente ao exercício de 2017 foram aprovadas por
27 unanimidade, nos termos do parecer da relatora conselheira Priscila Costa Martins. Passou-se a apreciação
28 do **Item 02** – Apresentação e deliberação sobre os balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de
29 2018 da CAATO. O tesoureiro Zaratín apresentou os gastos dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018
30 detalhando pontualmente cada despesa corrente, e, na ocasião, utilizou-se de data show para demonstração
31 dos gastos, através de planilhas. Citou os gastos com a Comissão de Esporte e Lazer, folha de pagamento



1 de funcionários, aquisição de mobiliário e material de expediente. Teceu um comparativo das quantias
2 anteriormente destinadas ao custeio na manutenção dos quartos localizados ao fundo do prédio Caixa de
3 Assistência da Quadra 104 Norte e os valores atualmente destinados à hospedagem em hotel, a título de
4 auxílio no pagamento de diárias, expondo o conforto e comodidade que atualmente são disponibilizados aos
5 advogados. Informou que no Clube foram gastos R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), sendo que R\$ 9.000,00
6 (nove mil reais) destinaram ao custeio com folha de pagamento, e o restante com aquisição de material para
7 manutenção. Esgotada a exposição, e aberto o debate, fez uso da palavra a conselheira Meire Aparecida, a
8 qual indagou sobre os gastos com a Feijoada realizada em março. O tesoureiro informou que parte dos gastos
9 com a feijoada está lançado como despesas alocadas à comissão de esporte. A vice-presidente Lucélia Maria
10 indagou acerca das contratações de buffet para os eventos realizados aos finais de semana no Clube. O
11 tesoureiro informou que os únicos gastos com os eventos realizados no clube aos finais de semana decorrem
12 da contratação de músicos e energia, já que o serviço de buffet está atendendo por conta própria, mediante
13 renda auferida através da venda dos ingressos. Esgotados os debates, colocados em votação os balancetes
14 da Caixa dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018 foram aprovados por unanimidade. Passou-se a
15 apreciação do **Item 04** – Apresentação, discussão e deliberação acerca da alteração do Regimento Interno
16 da OAB/TO para o aumento do número de conselheiros estaduais. O secretário geral Célio Henrique citou o
17 artigo 106 inciso II do Regulamento Geral da OAB, explicando aos conselheiros que atualmente na OAB/TO
18 possui 30 (trinta) conselheiros, entretanto, ante ao quantitativo de profissionais inscritos, é pertinente
19 aumentar 01 (uma) vaga para conselheiro titular e 01 (uma) vaga para suplente. O tesoureiro Luiz Renato
20 reportou-se a redação do artigo fazendo a interpretação literal e, de fato, após análise detalhada chegou-se
21 a conclusão que devem ser criadas 02 (duas) vagas para conselheiro titular e 02 (duas) vagas para
22 conselheiro suplente, em razão da Seccional Tocantins atingir essa semana, o número de advogados inscritos
23 que permite essa alteração. O tesoureiro Luiz Renato informou que após a aprovação da proposição, esta
24 por sua vez, será remetida ao Conselho Federal para o referendo. Colocada em votação, foi aprovada por
25 unanimidade a proposição apresentada pelo secretário geral Célio Henrique. Passou-se a apreciação do **Item**
26 **01** – Apresentação e deliberação dos balancetes dos meses de fevereiro e março de 2018 da OAB - Seccional
27 Tocantins. O tesoureiro Luiz Renato fez um breve apanhado do assunto, reportando-se aos dados
28 estatísticos, em especial aos valores arrecadados decorrente de anuidades em atraso, o que têm possibilitado
29 a realização de obras e execução das ações pela gestão. Em seguida, passou a palavra ao gerente
30 administrativo financeiro Adail Saldanha, que expôs o assunto de forma detalhada, utilizando o data show.
31 Esclareceu que as verbas de contingenciamento ampliaram em decorrência das obras. O presidente Walter



1 Ohofugi fez uso da palavra, ocasião em que agradeceu e parabenizou a atuação da advogada da Ordem
2 Eliana Ribeiro, bem como do conselheiro estadual Eduardo Franco pelo desempenho notável nos processos
3 trabalhistas movidos por ex-funcionários em face da OAB/TO. Informou que o julgamento do último processo
4 movido por ex-empregados ocorreu em 25/04/2018, no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com
5 sustentação oral realizada por Eliana Ribeiro. No julgamento, houve o acolhimento parcial do recurso
6 interposto pela Ordem, reduzindo a condenação em primeiro grau de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para R\$
7 20.000,00 (vinte mil reais), quantia relativa a condenação afeta a férias. Já a condenação em dano moral que
8 imposta à Ordem em primeiro grau foi revogada pelo Tribunal, julgando indevida a reparação postulada pelo
9 reclamante. A conselheira Meire Aparecida registrou o fato das ações trabalhistas serem patrocinadas pelo
10 escritório do ex-Presidente Ercílio Bezerra, que inclusive questionou e cobrou eventuais direitos inerentes ao
11 período que atuou como gestor. Ato contínuo, o presidente da Caixa Marcelo Cordeiro também agradeceu ao
12 conselheiro Eduardo Franco, que atuou *pro bono* na ação trabalhista movida por ex-funcionário em face da
13 Caixa de Assistência. Informou que a ação foi julgada improcedente, com a condenação em honorários de
14 sucumbência, e agradeceu a atuação exemplar do conselheiro. Retomando a exposição dos balancetes, o
15 gerente Adail Saldanha continuou apresentando os gastos e os valores arrecadados a título de inadimplência,
16 que atualmente gira em torno de 35% com estimativa de fechar o ano em torno de 25%. Em seguida foi
17 apresentado aos conselheiros um vídeo das obras em execução – construção das sedes das Subseções de
18 Dianópolis, Colinas do Tocantins e Tocantinópolis. O presidente Walter informou que foi adquirido um drone
19 para realizar as filmagens das obras, equipamento que custou em torno de R\$ 3.150,00 (três mil cento e
20 cinquenta reais), e que a decisão de comprar o aparelho se deu após a cotação de empresas locais nas
21 respectivas cidades para realizar as filmagens, cujo custo seria mais elevado. Esgotados os debates, e
22 colocados em votação, os balancetes dos meses de fevereiro e março de 2018 da Seccional foram aprovados
23 por unanimidade, nos termos da proposição do diretor tesoureiro Luiz Renato. Esgotados os debates, a
24 conselheira Meire Aparecida solicitou o agendamento de uma reunião na Justiça Federal para realização de
25 um mutirão de conciliação nos processos de execução movidos pela Ordem em face dos advogados
26 inadimplentes, o que foi aprovado unanimemente. Nada mais havendo, o presidente Walter Ohofugi declarou
27 encerrada a presente sessão as 19h 20 min, e determinou a lavratura da presente ata, que vai assinada por
28 mim, Célio Henrique Magalhães Rocha - Secretário Geral, e pelos demais diretores.

29
30
31
32

Walter Ohofugi Júnior
Presidente da OAB/TO



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14

Lucélia Maria Sabino Rodrigues
Vice – Presidente

Célio Henrique Magalhães Rocha
Secretário – Geral

Graziela Tavares de Souza Reis
Secretária Geral Adjunta

Luiz Renato de Campos Provenzano
Tesoureiro